

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA COMO
FATOR DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E
PROMOÇÃO DA CIDADANIA – UM ESTUDO DE
CASO**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Lisane Schafer Segatto

**Sobradinho, RS, Brasil
2014**

**PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA COMO FATOR
DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E PROMOÇÃO DA
CIDADANIA – UM ESTUDO DE CASO**

Lisane Schafer Segatto

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof. Dr. Hugo Antônio Fontana

**Sobradinho, RS, Brasil
2014**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização**

**PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA COMO FATOR DE
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E PROMOÇÃO DA CIDADANIA
– UM ESTUDO DE CASO**

elaborada por
Lisane Schafer Segatto

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Hugo Antônio Fontana, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Sueli Menezes Pereira, Dr^a. (UFSM)

Cláudia Letícia de Castro do Amaral, Ms. (UFSM)

Sobradinho, 28 de novembro de 2014.

AGRADECIMENTOS

Ao completar mais esta etapa da minha vida acadêmica, agradeço aos professores que acreditam na tarefa de ensinar por me proporcionar oportunidades de crescimento e satisfação.

A minha família, por me apoiarem em minhas decisões e por compreenderem o tempo e esforços dispensados para a minha aprendizagem.

Ao meu professor orientador, Dr. Hugo Antônio Fontana, pelas orientações e pela condução deste trabalho.

Também agradeço os gestores da escola e demais colaboradores que se dispuseram a participar dessa pesquisa.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA COMO FATOR DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E PROMOÇÃO DA CIDADANIA – UM ESTUDO DE CASO

AUTORA: LISANE SCHAFER SEGATTO

ORIENTADOR: HUGO ANTÔNIO FONTANA

Data e Local da Defesa: Sobradinho/RS, 28 de novembro de 2014.

Este trabalho visa, tendo em vista as profundas transformações da sociedade, a analisar a ação coletiva da comunidade escolar como fator de fortalecimento institucional e promoção da cidadania. Nesse sentido, torna-se cada vez mais importante entender não apenas o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, mas também os demais aspectos que compõem a construção de processos de participação e implementação de uma gestão democrática, especialmente no que diz respeito à participação efetiva da família. Assim, esta pesquisa busca conhecer a realidade de uma escola da rede pública estadual do município de Sobradinho/RS, no que se refere à participação das famílias nas ações previstas no PPP, visando o fortalecimento institucional e promoção da cidadania. Serão abordadas concepções teóricas acerca de administração, gestão escolar e Projeto Político Pedagógico, bem como suas aplicações no cotidiano da instituição pesquisada. Para esse propósito, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa com procedimentos técnicos de estudo de caso, através da aplicação de questionários aos gestores e membros dos conselhos. A partir desta estrutura foi possível verificar que a adesão da família às ações do Projeto Político Pedagógico ainda são incipientes, carecendo superar paradigmas históricos para efetivação da gestão participativa democrática.

Palavras-chave: Gestão. Família. Escola. Projeto Político Pedagógico.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

FAMILY INVOLVEMENT IN SCHOOL AS A FACTOR OF INSTITUTIONAL STRENGTHENING AND PROMOTION OF CITIZENSHIP - A CASE STUDY

AUTHOR: LISANE SCHAFER SEGATTO

ADVISOR: HUGO ANTÔNIO FONTANA

Place and Date of Defense: Sobradinho/RS, november 28, 2014.

This paper aims, in view of the profound changes in society, analyze the collective action of the school community as institutional strengthening factor and promoting citizenship. In this sense, it becomes increasingly important to understand not only the (PPP) Political Pedagogical Project, but also other aspects that make up the construction process of participation and implementation of democratic management, especially with regard to participation effective family. Thus, this research seeks to know the reality of a state public school in the municipality of Sobradinho / RS, as regards the participation of families in the actions envisaged in the PPP, and aimed at institutional strengthening and promoting citizenship. Theoretical about administration, school management and Political Pedagogical Project concepts will be discussed, as well as their applications in everyday research institution. For this purpose, a qualitative approach with technical procedures for case study, through the application of questionnaires to managers and board members will be held. From this structure it was possible to verify that the family membership to the actions of Political Pedagogical Project are still incipient, needing to overcome historical realization of democratic participative management paradigms.

Keywords: Management. Family. School. Political Pedagogical Project.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CE	Conselho Escolar
CPM	Círculo de Pais e Mestres
EJA	Educação de Jovens e Adultos
GE	Grêmio Estudantil
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PPP	Projeto Político Pedagógico

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Carta de apresentação	34
Apêndice B – Termo de consentimento e livre esclarecimento	35
Apêndice C – Termo de Confidencialidade	37
Apêndice D – Questionário de Pesquisa	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Considerações iniciais	9
1.2 Objetivos	10
1.2.1 Objetivo geral	10
1.2.2 Objetivos específicos	10
1.3 Justificativa	10
1.4 Estrutura do trabalho	11
2 ALGUMAS REFERÊNCIAS TEÓRICAS SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	12
2.1 Concepções de Administração e Gestão Escolar	12
2.2 Construção do Projeto Político Pedagógico	14
3 METODOLOGIA	17
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	20
4.1 Instituição pesquisada.....	20
4.2. Projeto Político Pedagógico da instituição pesquisada	20
4.3 Visão dos entrevistados	22
4.3.1 Direção.....	22
4.3.2 Conselho Escolar	23
4.3.3 Círculo de Pais e Mestres	24
4.3.4 Grêmios Estudantis	25
4.4 Teoria frente à realidade.....	26
5 CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31
APÊNDICES	33

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações iniciais

Nossa sociedade passa por profundas transformações e a gestão escolar faz parte desse processo. Ao mesmo tempo em que a escola sofre o impacto das políticas econômicas e culturais da sociedade, bem como das políticas educacionais, precisa construir um espaço para o fortalecimento institucional e promoção da cidadania.

Por isso, percebe-se também que ocorreram mudanças no que diz respeito à administração escolar, baseada no capitalismo industrial, privilegiando a racionalidade científica de organização do trabalho para uma gestão mais democrática na qual se prioriza o espírito de equipe. Essa transição precisa contar com a participação de pais, professores e alunos nos processos de tomada de decisão e corresponsabilização pelas ações na escola.

Dessa forma, cada vez mais, a escola precisa integrar-se no contexto social onde está inserida. Para tanto, o Projeto Político Pedagógico (PPP), possui vital importância.

Nesse sentido, inclusive a Lei 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação, atribui competências e responsabilidades à comunidade escolar¹, estabelecendo que a elaboração do PPP tenha a participação dos profissionais de educação da escola e a sociedade. Em vista disso, todos devem participar das decisões, apontar problemas e propor soluções, concedendo, dessa forma, maior legitimidade a proposta.

A partir desses pressupostos, questiona-se de que forma as famílias de uma escola estadual localizada na área urbana do município de Sobradinho/RS participam das ações do Projeto Político Pedagógico?

¹ Comunidade Escolar: o conjunto de alunos, pais ou responsáveis por alunos, os membros do Magistério e servidores de escola em efetivo exercício no estabelecimento de ensino. (Decreto Estadual 49.502/12, art. 3º, parágrafo único, Inc. I).

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Saber se as famílias de uma escola da rede pública estadual do município de Sobradinho, no período de 2013 a 2014, participaram efetivamente das ações previstas no Projeto Político Pedagógico, visando o fortalecimento institucional e promoção da cidadania.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Realizar levantamento, junto aos membros da direção e conselhos da escola, através de questionários, com questões previamente elaboradas, acerca da participação das famílias nas ações previstas no Projeto Político Pedagógico que visem ao fortalecimento institucional e a promoção da cidadania;
- b) Relacionar as concepções atuais de Gestão Escolar com a realidade apurada na escola pesquisada, fazendo um comparativo entre os atuais conceitos teóricos e a práxis da instituição.

1.3 Justificativa

Esse tema justifica-se pela importante parcela de responsabilidade da família na gestão escolar, especialmente na elaboração e execução de ações educacionais voltadas ao ensino de qualidade.

São as famílias, organizadas em seus colegiados, legalmente criados e estabelecidos, responsáveis por atuar de forma efetiva em todos os processos decisórios e ações da instituição escolar, possibilitando o desenvolvimento de uma verdadeira ação educativa.

Nesse sentido, o processo de construção da proposta pedagógica da escola representa esse conjunto de ações e deve considerar todos os fatores e condições

existentes, bem como promover a participação efetiva da família e da comunidade escolar.

1.4 Estrutura do trabalho

O primeiro capítulo trata de algumas concepções de administração, gestão escolar e a construção do projeto político pedagógico, seguindo com a contextualização da pesquisa na qual é realizada a descrição da estrutura física da escola e do Projeto Político Pedagógico (PPP), além da análise das respostas aos questionários aplicados.

Após essas conceituações é realizado um comparativo entre as concepções teóricas e a realidade da escola pesquisada, especialmente ao que se refere à participação da família nas ações que buscam o fortalecimento da instituição e a promoção da cidadania.

2 ALGUMAS REFERÊNCIAS TEÓRICAS SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA

2.1 Concepções de Administração e Gestão Escolar

Para conhecer um pouco acerca da trajetória da política e da administração da educação no Brasil, é preciso entender essa evolução através dos seus aspectos históricos, os quais foram responsáveis pelos avanços e recuos nas políticas educacionais.

É possível perceber que historicamente nosso país sofreu com as influências externas, o que afetou sua economia, política, cultura e educação, presente até hoje, embora com menos intensidade. Essas influências levaram à escola, um formato de administração voltada ao capitalismo industrial, generalizando o sistema, privilegiando a racionalidade científica de organização do trabalho, evoluindo lentamente, como explica Libâneo:

Este modelo de administração escolar formal, praticamente centrado nos modelos da administração clássica, preocupada com a racionalização e métodos de trabalho, sustentado por relações hierárquicas e normas, é submetido à crítica marxista ao longo dos anos 1980, resultando em várias alternativas de gestão, genericamente orientadas por uma perspectiva democrática. (LIBÂNEO, 2007, p. 10).

Com a democratização do país, especialmente após a promulgação da Constituição de 1988 e a edição da Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), bem como pelos movimentos das camadas sociais da população que reivindicaram mais espaço para a democratização da educação pública, a escola passou por muitas mudanças, especialmente do ponto de vista administrativo. Essas mudanças deram-lhe mais autonomia, proporcionando dessa forma, uma gestão mais democrática, mudando inclusive a nomenclatura de administração para gestão. Entretanto podemos constatar que não é apenas uma questão de terminologia, visto que a Administração trata a escola como uma empresa.

Nesse sentido, Lück (2006) investigou essa concepção e afirma que:

O termo gestão tem sido utilizado, de forma equivocada, como se fosse simples substituição ao termo administração. Comparando o que se propunha sob a denominação de administração e o que se propõe sob a denominação de gestão e ainda, a alteração geral de orientações e posturas que vêm ocorrendo em todos os âmbitos e que contextualizam as alterações no âmbito da educação e da sua gestão, conclui-se que a mudança é radical. Conseqüentemente, não se deve entender que o que esteja ocorrendo seja uma mera substituição de terminologia das antigas noções a respeito de como conduzir uma organização de ensino. (LÜCK, 2006, p. 2).

Percebe-se, dessa forma, que o conceito de gestão escolar foi ampliado. Nela busca-se a participação coletiva nas instituições, com maior abrangência que na administração, acentuando o espírito de equipe, com a participação conjunta de pais, professores e alunos nos processos de tomada de decisão e corresponsabilização pelas ações de ensino aprendizagem. Isso está de acordo com Dourado, que ao tratar do tema, diz:

Assim, a democratização dos processos de organização e gestão deve considerar as especificidades dos sistemas de ensino, bem como os graus progressivos de autonomia das unidades escolares a eles vinculados, e buscar a participação da sociedade civil organizada, especialmente o envolvimento de trabalhadores em educação, estudantes e pais. (DOURADO, 2007, p. 925).

Dourado (2007, p. 925), faz outra importante observação no que se refere às políticas e gestão da educação básica no Brasil, as quais segundo ele “[...] têm sido marcadas hegemonicamente pela lógica da descontinuidade, por carência de planejamento de longo prazo [...]”, podendo, com isso, provocar até certo descrédito na comunidade escolar.

Tratando sobre esse assunto, Colombo (2007) afirma que

Talvez este seja o ponto central da nova gestão escolar: valorizar e investir no capital humano, conferir autonomia e responsabilidade aos profissionais envolvidos e conferir autoridade ao líder que atue como organizador, articulador e mobilizador dos diversos processos que se desenvolvem na escola. (COLOMBO, 2007, p. 242).

Isso também foi estudado por Drabach e Mousquer (2009, p. 24) que defendem que a gestão escolar deve estar “pautada em uma racionalidade que atenda aos interesses da maioria.”.

Nesse contexto também vemos que

[...] a gestão democrática da educação requer mais do que simples mudanças nas estruturas organizacionais; requer mudança de paradigmas que fundamentam a construção de uma proposta educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente da que hoje é vivenciada. Ela precisa estar para além dos padrões vigentes, comumente desenvolvidos pelas organizações burocráticas. (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, 2010, p. 3).

Seguindo, os autores ainda argumentam que

Para que haja a participação efetiva dos membros da comunidade escolar, é necessário que o gestor, em parceria com o conselho escolar, crie um ambiente propício que estimule trabalhos conjuntos, que considere igualmente todos os setores, coordenando os esforços de funcionários, professores, pessoal técnico-pedagógico, alunos e pais envolvidos no processo educacional. (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, 2010, p. 5).

Por conseguinte, para os autores, a gestão escolar para ser eficiente, ter eficácia e efetividade social precisa buscar, além da garantia do acesso e da permanência dos alunos, a qualidade social de todos, pois só assim poderá cumprir com seu verdadeiro papel de formação de cidadãos responsáveis, criativos, participativos e críticos.

2.2 Construção do Projeto Político Pedagógico

É possível perceber também que a Lei nº 9.394/96 - LDBEN, em consonância com o texto constitucional, disciplinou a gestão democrática e a participação ativa da comunidade escolar no processo de organização, elaboração e execução da proposta pedagógica. Com isso, percebe-se que a escola não pode mais ser uma instituição isolada em si mesma, separada da realidade circundante, mas deve estar integrada numa comunidade que interage com a vida social ampla (LIBÂNEO, 2004, p. 114).

Essas alterações nas políticas educacionais concederam respaldo para a implantação de processos de gestão, em especial nas unidades escolares. Elas implicam também em modificações no exercício das mais diversas funções tanto dos gestores quanto dos conselhos, visando garantir processos coletivos de participação

e decisão.

Buscando o cumprimento dessa meta a Lei 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispôs que

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I – Elaborar e executar sua proposta pedagógica;

Para consolidar esse processo, as escolas podem contar com o Projeto Político Pedagógico (PPP), o qual, segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2008, p. 178), tem como “objetivo descentralizar e democratizar a tomada de decisões pedagógicas, jurídicas e organizacionais na escola, buscando maior participação dos agentes escolares.” Os autores seguem argumentando que “o PPP pode significar uma forma de toda a equipe tornar-se corresponsável pelo sucesso do aluno e por sua inserção na cidadania crítica.” (id., p. 178). Sua construção e implementação, portanto, precisa contemplar não apenas as práticas escolares desenvolvidas na sala de aula, mas também todo um conjunto de ações e estratégias, com vistas a promover a melhoria das condições da escola.

Ampliando o tema, Libâneo (2004), conceitua o Projeto Político Pedagógico como um documento que

[...] detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar. De certo modo, o projeto pedagógico curricular é tanto a expressão da cultura da escola (cultura organizacional) como sua recriação e desenvolvimento. Expressa a cultura da escola porque ele está assentado nas crenças, valores, significados, modos de pensar e agir das pessoas que o elaboram. Ao mesmo tempo, é um conjunto de princípios e práticas que reflete e recria essa cultura, projetando a cultura organizacional que se deseja, visando à intervenção e à transformação da realidade. O projeto, portanto, orienta a prática de produzir uma realidade: conhece-se a realidade presente, reflete-se sobre ela e traçam-se as coordenadas para a construção de uma nova realidade, propondo-se as formas mais adequadas de atender necessidades sociais e individuais dos alunos. (LIBÂNEO, 2004, p.151)

Nesse mesmo sentido, Vasconcellos (1995, p. 143), argumenta que o PPP é “um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa”.

Assim, denota-se que o Projeto Político Pedagógico escolar torna-se o reflexo da comunidade escolar, pois nele devem constar as ideias e o modo de viver da comunidade fazendo com que os alunos sintam-se parte integrante da escola, criando condições de aprendizagens motivadoras e que estejam de acordo com o contexto social.

3 METODOLOGIA

A palavra método deriva do latim *methodus* e significa “caminho ou a via para a realização de algo”.². Marconi e Lakatos (2010) definem-no como:

[...] o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 65)

Já o termo Metodologia “diz respeito ao campo em que se estudam os melhores métodos praticados em determinada área para a produção do conhecimento”.³. Nesse sentido, Motta-Roth e Hendges, ponderam que

É importante que os procedimentos definidos para nossa pesquisa sejam válidos, isto é, prestem-se efetivamente a verificar o que, em princípio, nos propomos investigar. (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010, p. 112).

Severino (2007), referindo-se as modalidades e metodologias de pesquisa científica, argumenta que

[...] ocorrem diferenças significativas no modo de se praticar a investigação científica, em decorrência da diversidade de perspectivas epistemológicas que podem adotar e de enfoques diferenciados que se pode assumir no trato com os objetivos e eventuais aspectos que se queira destacar. (SEVERINO, 2007, p.117-118).

Como tem o objetivo de analisar de que forma as famílias de uma escola da rede pública estadual do município de Sobradinho/RS, no período de 2013 a 2014, participaram efetivamente na gestão da escola, visando o fortalecimento institucional e a promoção da cidadania, essa pesquisa terá abordagem qualitativa com foco em estudo de caso.

Acerca da pesquisa qualitativa, Lüdke e André (1986, p. 11), afirmam que ela “[...] tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento.”. As autoras seguem dizendo que “O interesse do

² <http://www.significados.com.br/metodologia/>

³ <http://www.significados.com.br/metodologia/>

pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas.” (id. p. 12). Nesse mesmo sentido elas também explicam que essa modalidade, por seu potencial de retratar a perspectiva dos participantes, está cada vez mais sendo utilizada para estudos relativos à escola.

O estudo de caso, por sua vez, é definido por Lüdke e André como aquele que:

[...] encerra um grande potencial para conhecer e compreender melhor os problemas da escola. Ao retratar o cotidiano escolar em toda a sua riqueza, esse tipo de pesquisa oferece elementos preciosos para uma melhor compreensão do papel da escola e suas relações com outras instituições da sociedade. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 23-24).

Com esse procedimento é possível compreender situações específicas como nesta pesquisa, que focalizou uma escola pública da rede estadual de ensino, levando em conta a situação geral da escola, descrita no capítulo dois.

É possível observar também, que esse método vale-se de técnicas de coleta e interpretação de dados, os quais utilizam estratégias ligadas a questões logicamente relacionadas com o tema central para evidenciar o objetivo pesquisado. Para tanto foi aplicado um questionário, com perguntas abertas, destinadas à obtenção de respostas livres.

Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 53) definem questionário como “[...] a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com mais exatidão o que se deseja.”. Os autores defendem também que “Devem ser propostas perguntas que conduzam facilmente às respostas de forma a não insinuarem outras colocações.” (id. 53).

Isso também está de acordo com Severino (2007) que explica que o questionário é

Conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. (SEVERINO, 2007, p.125).

Desta forma, para atingir o objetivo da pesquisa, foi realizado o estudo do Projeto Político Pedagógico da escola, ainda durante a fase da elaboração do Projeto de Pesquisa e depois foram realizados levantamentos, através de questionário, (Apêndice D). As questões foram previamente elaboradas e após encaminhadas aos membros da Direção, Conselho Escolar, Círculo de Pais e Mestres e Grêmios Estudantil, com perguntas acerca da participação das famílias nas ações da escola que visam ao fortalecimento da instituição e a promoção da cidadania.

O estudo realizado contou com a participação de pessoas de diferentes faixas etárias e funções, entretanto, todos ligados à gestão escolar, alguns de forma direta como professores integrantes dos conselhos, além de alunos e pais. Para responder o questionário foram convidados os integrantes de todos os segmentos da instituição.

Após a análise desses dados, foi elaborada uma contextualização entre as concepções teóricas dos objetivos da gestão escolar e a realidade da escola pesquisada, especialmente ao que se refere à participação da família nas ações que buscam o fortalecimento da instituição e a promoção da cidadania.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Instituição pesquisada

A escola pesquisada consiste em um estabelecimento da rede pública estadual do Estado do Rio Grande do Sul, situada na área urbana do município de Sobradinho/RS. A instituição oferece as modalidades de ensino fundamental regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA), participa do Programa Mais Educação e possui uma Sala de Recursos para os alunos com necessidades especiais, totalizando quatrocentos e sessenta alunos e cinquenta trabalhadores em educação, entre eles gestores, professores e funcionários.

Os alunos matriculados na escola provêm da zona urbana e rural do município utilizando, na sua maioria, o transporte escolar para acesso à escola, que funciona nos turnos manhã, tarde e noite, incluindo alguns alunos com necessidades educacionais especiais em sua classe regular.

Em toda estrutura física e material da escola, apesar de alguns setores possuírem um tempo maior de uso, no que se refere à parte mobiliária, é de boas condições. No que concerne ao material didático, a escola possui livros, jogos, computadores, copiadora, televisor, vídeo, DVD, projetor (*data show*), cartazes e mapas tudo em condições de uso. Esses materiais são adquiridos com a verba da autonomia, procedente da entidade mantenedora.

4.2. Projeto Político Pedagógico da instituição pesquisada

O primeiro Projeto Político Pedagógico (PPP), elaborado pela escola e aprovado pela Coordenadoria Regional de Educação, foi em 2011 e teve como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais. Esse PPP norteia-se a partir do pressuposto da afetividade e da valorização humana como suporte epistemológico da educação. Nesse sentido, conforme objetivo que consta no projeto, o mesmo visa:

Criar situações para que o aluno sinta-se engajado e que possa dirigir-se e responsabilizar-se por suas atitudes com segurança e integração, fazendo seleção do que é melhor para si e em relação ao grupo, vivendo suas potencialidades no presente, descobrindo o porquê, criando, achando soluções, tirando conclusões e tomando decisões inteligentes. (PPP da escola pesquisada, p. 9).

Na perspectiva docente, o PPP da escola procura incentivar o aperfeiçoamento constante de todos os profissionais que atuam na instituição incentivando-os através da divulgação de eventos e proporcionando condições para que os mesmos possam participar. O aperfeiçoamento é feito em cursos, congressos, seminários, palestras, reuniões de estudo e nos trabalhos oferecidos pela escola dentro do Programa de Formação Continuada. Este programa tem duração de no mínimo 40 horas anuais.

Os assuntos que constituem o Programa de Formação Continuada são escolhidos pelos trabalhadores em educação de acordo com as necessidades de aperfeiçoamento, no início do ano letivo.

Em sua função social a escola tem como concepção desenvolver a consciência humana, cidadã e ecológica, contribuindo na formação de sujeitos responsáveis e engajados no contexto social em que vivem, construindo uma postura transformadora para melhoria de seu meio.

Segundo informações dos gestores essa Proposta Política Pedagógica foi organizada em pequenos grupos com questões pré-elaboradas, através de uma pesquisa socioantropológica envolvendo pais e alunos, inclusive com visitas às residências das famílias. Ainda segundo eles, todos se propuseram a desenvolver e colocar em prática normas e ações, que envolvem avaliação, conteúdos, frequência, interdisciplinaridade, preconceito e inclusão social, entre outras.

Além dessas ações também foram estabelecidas normas escolares para os educandos e para os docentes, nas quais são elencados os direitos e deveres tanto de conduta quanto acerca da realização das atividades escolares.

Também segundo informações levantadas na pesquisa, ao encerrar o ano letivo a Proposta Política Pedagógica deve ser avaliada pelos professores e comissão de alunos com base no trabalho realizado e resultados obtidos. As sugestões de mudanças deverão ser apresentadas à comunidade escolar e à

Coordenadoria de Educação. Inclusive, o PPP da escola foi revisado em 2013 e enviado novamente para a Coordenadoria Regional de Educação para aprovação, não tendo retornado até o momento.

4.3 Visão dos entrevistados

Os questionários foram encaminhados aos gestores e a todos os integrantes dos conselhos da instituição pesquisada. As respostas evidenciaram que ainda existe uma grande divergência entre a teoria e a prática, conforme podemos constatar a seguir.

4.3.1 Direção

Os integrantes da atual direção da escola pesquisada estão há quase cinco anos no cargo, pois foram reeleitos para o segundo mandato. O diretor possui especialização em Gestão Escolar, com ênfase em direção, supervisão e orientação escolar. Segundo ele, esse embasamento o levou a realizar uma pesquisa socioantropológica para o início da elaboração do PPP da escola. Esse levantamento contou com visitas às famílias e realização de reuniões, visando conhecer a realidade da comunidade escolar. Um dos seus objetivos “é conhecer para valorizar os diferentes saberes locais, estabelecendo alianças e trocas mútuas.”.

Em relação ao Projeto Político Pedagógico, o diretor afirma que, “por se tratar de uma proposta elaborada de forma coletiva, contempla os desejos de toda comunidade escolar: estudantes, professores, funcionários e pais, na busca de seus ideais.”. Conforme o diretor, essa proposta busca a construção de uma escola inclusiva com respeito e igualdade de condições de aprendizagem a todos os educandos, considerando suas diferenças em todos os aspectos, físicos, sociais, econômicos, raciais, religiosos, entre outros.

O Diretor da escola mostra-se satisfeito com a participação dos pais dos alunos do ensino regular em todas as ações da instituição. Entretanto, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), conforme ele, “a situação se inverte, estimando-se que

apenas em torno de trinta por cento dos pais participem das ações propostas.”. Ao responder as perguntas dessa pesquisa que tratam especificamente da participação da família na escola, o diretor salienta “que a escola busca não apenas a participação, no sentido tão somente do comparecimento na escola, mas principalmente na assunção da ação coletiva”, o que, conforme ele “nem sempre ocorre.”.

Essas dificuldades segundo o Diretor, “estão atreladas a clientela heterogênea, tanto no que se refere à classe econômica e social, quanto à proveniência (urbana, periférica e rural), o que acarreta, inclusive, ainda um alto índice de reprovação e evasão, principalmente no EJA, que no ano de 2013 teve 34% de reprovação e 14% de evasão.”.

Diante disso, podemos depreender que a caminhada já foi iniciada pela atual direção, faltando ainda a realização de ajustes os quais, além de necessários, também necessitam de maior compreensão pela comunidade escolar que, segundo palavras do diretor “ainda está arraigada a cultura da imagem da escola como um espaço fechado, exclusivo de alunos e professores.”.

4.3.2 Conselho Escolar

O Conselho Escolar (CE) é um dos mecanismos presentes na escola, que devem contribuir para a efetivação de uma dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão. Ele é um organismo colegiado composto pela representação de estudantes, pais, professores e servidores, eleitos em pleito específico, tendo o diretor da escola como membro nato.

Este órgão também tem como atribuição mobilizar, opinar, decidir e acompanhar a vida pedagógica, administrativa e financeira da escola, exercendo o controle social da educação e desempenhando, conforme estabelece o Art. 41 da Lei 10.576/95, que dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público, as funções: “consultiva, deliberativa, executora e fiscalizadora nas questões pedagógico-administrativo-financeiras”. Sendo assim, denota-se que a participação efetiva da comunidade escolar na gestão pedagógica, administrativa e financeira fortalece o Conselho Escolar e legitima a gestão democrática da escola.

Na escola pesquisada, o atual Conselho Escolar foi eleito há dois anos. Os dois integrantes que responderam o questionário informaram que o que os levou a participar do conselho “foi o envolvimento que já possuíam com a escola.”. O presidente do CE, por sua vez, disse que conhece as atribuições do conselho, afirmando “que a escola abre espaço para discussões, mas nem todos se envolvem.”. Ambos responderam que participam das ações da escola “atendendo aos pedidos e convocações da direção”, assim como realizam análise crítica da gestão escolar “apenas quando solicitado.”.

Acerca da participação do CE nas propostas do Projeto Político Pedagógico, os dois integrantes limitaram-se a responder que “participam das reuniões.”. Da mesma forma as demais perguntas foram respondidas de forma muito sucinta, sem aprofundamento, embora tenham afirmado que “possuem conhecimento de suas atribuições e das propostas do PPP.”.

4.3.3 Círculo de Pais e Mestres

O Círculo de Pais e Mestres (CPM) foi oficialmente instituído nas escolas estaduais pela Lei 5.227/66, tendo como principal atribuição cooperar na tarefa educativa do estabelecimento de ensino. Dentre as finalidades a alínea I, do art. 3º, traz um dos pressupostos mais importantes para a gestão escolar nos dias atuais que é a de “servir de mediador nos possíveis desentendimentos entre a escola e a comunidade, entre alunos e mestres, entre alunos, entre pais e alunos e entre os próprios pais.”

Nesse sentido, um dos integrantes, que está há três anos no cargo de Secretário, ao responder o questionamento de como os demais pais de alunos participam na gestão da escola “considera que não há sintonia entre o querer e o fazer.” Acrescenta ainda que “os pais não sabem o que fazer com seus filhos, delegando à escola toda a responsabilidade sobre aos filhos.”.

O Presidente do CPM, que está no cargo há 15 anos, ao ser questionado se conhecia suas atribuições no conselho disse que sim, entretanto não respondeu a três questões que fundamentariam essa resposta, quais sejam: “Se o conselho realiza uma análise crítica da gestão escolar”, “Se tem conhecimento do Projeto

Político Pedagógico da escola” e “De que forma ocorre a participação do CPM nas propostas do PPP.”.

Em relação a participação dos demais pais que não fazem parte do conselho, o presidente afirma “haver pouca participação”. Assim como informa “que participa das ações da escola quando solicitado.”.

4.3.4 Grêmio Estudantil

Assim como o Círculo de Pais e Mestres (CPM), O Grêmio Estudantil (GE) também possui sua criação assegurada legalmente. Trata-se da Lei 7.398/85, que dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Com base nessa legislação, suas principais finalidades são educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais. Dessa forma, percebe-se que esse colegiado deve representar os interesses dos estudantes na escola. Ele deve permitir que os alunos discutam, criem e fortaleçam possibilidades de ação, tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade.

É importante destacar ainda que um dos principais objetivos do GE previsto no seu estatuto é o de “contribuir para aumentar a participação dos alunos nas atividades da escola, fazendo com que tenham voz ativa e participem da programação e da construção das ações que visem à formação para a cidadania e desenvolvimento social.”.

Os dois alunos que participaram da pesquisa fazem parte da agremiação há mais de dois anos e ambos foram enfáticos ao afirmar que o que os levaram a concorrer a eleição foi “a vontade de ajudar e especialmente incentivar os colegas a participar das ações da escola.”. Citam que a principal ação do GE é “fazer parte das campanhas beneficentes, culturais, esportivas, sociais e educacionais propostas pela escola.”. Entretanto lamentam que poucos colegas envolvem-se efetivamente.

Em relação ao PPP, os alunos representantes do GE dizem ter conhecimento das propostas do mesmo, contudo não fizeram referência específica a nenhuma ação que pudesse proporcionar, por exemplo, debates ou palestras sobre temas que criassem possibilidades de ação tanto no próprio ambiente escolar quanto na

comunidade acerca de propostas previstas no PPP como preconceito, inclusão social ou consciência ecológica.

4.4 Teoria frente à realidade

Ao ser viabilizada a gestão democrática da escola pública foi criada a possibilidade das escolas serem amparadas pela comunidade, o que significa estabelecer parcerias com instâncias que não fazem parte da equipe pedagógica.

Para que se fundamente essa discussão é necessário, primeiramente, conhecer o perfil das famílias que fazem parte da comunidade escolar, o que a atual gestão da escola pesquisada já concretizou através de um estudo antropológico com visitas às famílias. Mas para que se efetive essa participação dos pais na escola, é necessário também que a escola esteja pronta para acolher as famílias, e, principalmente que demonstre a elas que a ação escolar deve também, expressar os anseios e desejos de toda comunidade envolvida, expressas no seu Projeto Político Pedagógico.

Em relação aos conselhos, ao analisar a realidade escolar, alvo desta pesquisa, percebe-se que todos os colegiados estão formalmente criados e em funcionamento. Embora ainda haja uma grande distorção no que se refere a verdadeira assunção das atribuições de cada segmento, pois o envolvimento ou participação da família na escola, levantada por meio das respostas aos questionários aplicados, ainda parece significar apenas comparecimento às reuniões de pais e mestres, atenção às comunicações, e, sobretudo, comparecimento aos eventos da escola.

Essa afirmação baseia-se na questão que aborda a forma de participação dos integrantes dos conselhos nas ações da escola, na qual todos responderam de forma sucinta e evasiva, não citando qualquer exemplo ou ideia que pudesse remeter a uma ação significativa para o desenvolvimento do educando como sujeito sociocultural ou no aprimoramento da sua função social.

O Projeto Político Pedagógico, por sua vez, que tem como pressuposto definir os rumos e as prioridades da escola, considerando os interesses e as necessidades da maioria, parece ficar muitas vezes num plano meramente teórico, ou seja, muitas

vezes as ações são propostas apenas no papel. Isso parece acontecer pelo fato de que a comunidade escolar representada pelos integrantes dos colegiados, não estar preparada para a prática da gestão democrática.

Essa constatação nos aponta no sentido de que a escola precisa, cada vez mais, se preocupar em ser um local onde o diálogo e a participação sejam constantes para ser na prática o que tanto se propõe na teoria.

5 CONCLUSÃO

A base dessa pesquisa foi a análise da participação da família nas ações da escola como fator de fortalecimento da instituição e promoção da cidadania. Para compreender esse processo foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, com foco em estudo de caso e levantamento por meio de questionário. As perguntas foram previamente elaboradas e dirigidas aos gestores e membros dos conselhos de uma escola estadual estabelecida na área urbana do município de Sobradinho/RS.

Na primeira parte do trabalho foram abordados alguns pressupostos que envolvem a administração, a gestão escolar e o Projeto Político Pedagógico (PPP), bem como as abordagens e procedimentos metodológicos. Em seguida o foco foi a análise do PPP da instituição pesquisada e as respostas dos entrevistados. Por fim foi realizado um comparativo entre os atuais conceitos teóricos e a realidade da instituição.

Com este trabalho foi possível analisar, pelas respostas dos integrantes de cada segmento, dos quais todos estavam envolvidos com a escola há mais de dois anos, inclusive os gestores, a forma como foi implementado o PPP, assim como sua aplicabilidade no cotidiano da escola. O fato de todos estarem nas funções há mais de dois anos corroborou para o objetivo deste trabalho, no sentido de obter as informações propostas no objetivo geral da pesquisa, especialmente no que se refere ao período sob análise, ou seja, os anos de 2013 e 2014.

A partir da análise das respostas ao questionário, procurei verificar, sob a ótica da gestão educacional atual, a forma como são conduzidos os trabalhos no cotidiano da escola, no que diz respeito ao exercício democrático da participação da comunidade escolar no processo de gestão e, particularmente, no processo de construção e consecução do Projeto Político Pedagógico.

Em relação ao PPP observou-se que ocorreu um forte movimento para a sua construção, o qual pontua mecanismos de participação coletiva de todos os segmentos da comunidade escolar nas decisões administrativas e pedagógicas da escola. Entretanto denota-se que o mesmo ainda manteve fortes características burocráticas, o que talvez ainda o torne um documento mais formal do que prático.

Quanto aos gestores, constatou-se que possuem formação na área e, portanto, conhecimento técnico e teórico para a condução da elaboração do PPP, bem como para a prática da gestão escolar. Constatou-se também, que o Diretor e seus auxiliares mostram empenho para alcançar as metas propostas, contudo apontam entraves tanto no excesso de tempo despendido com trabalho burocrático quanto com a participação singela das famílias, assim como seu baixo nível de comprometimento com as ações da escola.

Já na comunidade escolar se percebe a ausência de uma cultura de participação, corroborada pelo histórico processo de centralização de poder no campo da educação, favorecendo, dessa forma, a omissão das famílias e a tendência em outorgar obrigações para os dirigentes. Isso ficou evidente nas informações prestadas pelos gestores, visto que as reformulações do PPP, por exemplo, ocorrem motivadas por solicitação da Secretaria de Educação e não pela busca de definição ou redirecionamento das atividades da instituição, em função dos anseios da comunidade escolar.

Ao mesmo tempo também se verifica, pelas respostas ao questionário, por parte dos integrantes dos conselhos, que ainda está consolidada uma cultura organizacional nos moldes da administração escolar, na qual a ação da família era limitada às ações expressamente permitidas pela escola ao contrário do que se possibilita na gestão escolar.

Essa postura ficou subentendida nas respostas dos integrantes dos conselhos quando afirmam, por exemplo, que participam das ações da escola quando solicitados ou então que sempre atendem aos pedidos e convocações da direção, não demonstrando, no entanto, qualquer iniciativa própria de envolvimento ou análise crítica de suas atribuições.

Outro indício que demonstra o escasso envolvimento das famílias na escola é a recusa da maioria dos integrantes a participar da pesquisa, pois denota-se que ainda não existe na escola uma cultura participativa efetiva. Isso acaba demonstrando, mesmo de maneira indireta, que as famílias estão numa posição mais de expectadores, quando na verdade deveriam ser os protagonistas dessa construção.

Diante disso é possível depreender que se faz necessário avançar mais para alcançar o envolvimento das famílias num processo contínuo, no qual todos poderão compartilhar, opinar, escutar, votar, decidir, experimentar, enfim, vivenciar a realidade escolar e garantir o acesso aos bens culturais e ao exercício pleno da cidadania.

Nessa perspectiva, a escola poderá, de forma gradativa, porém contínua alcançar uma gestão participativa democrática, com práticas coletivas que possibilitem o questionamento e a participação de toda comunidade escolar nas decisões que envolvem a função social de educar, superando os atuais paradigmas que cercam o cotidiano da escola, às vezes ainda tão burocráticos e arbitrários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto Estadual n. 49.502, de 23 de agosto de 2012. **Regulamenta o processo de indicação para as funções de Diretor e Vice-Diretor(es) de Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública**, Porto Alegre, RS, 24 ago. 2012.

Disponível em:

<http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=58235&hTexto=&Hid_IDNorma=58235>. Acesso em: 19 set. 2014.

BRASIL. Lei n. 5.227, de 04 de julho de 1966. **Institui a obrigatoriedade de funcionamento de Círculo de Pais e Mestres nos estabelecimentos de ensino público do Estado e dá outras providências**, Porto Alegre, RS, 12 jul. 1966.

Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/05.227.pdf>>.

Acesso em: 19 set. 2014.

BRASIL. Lei n. 7.398, de 04 de novembro de 1985. **Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências**, Brasília, DF, 04 nov. 1985. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7398.htm>. Acesso em: 24 ago. de 2014.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 22 ago. 2014.

BRASIL. Lei n. 10.576, de 14 de novembro de 1995. **Gestão Democrática do Ensino Público**, Porto Alegre, RS, 14 nov. 1995. Disponível em:

<http://www.educacao.rs.gov.br/dados/lei_10.576_compilado.pdf>. Acesso em: 08 set. 2014.

CERVO, A.L., BERVIAN, P. A., SILVA, DA R. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COLOMBO, S. S. **Gestão educacional: uma nova visão**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

DRABACH, N.P.; MOUSQUER, M. E. L. Dos Primeiros Escritos Sobre Administração Escolar No Brasil aos Escritos Sobre Gestão Escolar: mudanças e continuidades. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 2, p. 258-285, jul/dez. 2009. Disponível em:

<<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss2articles/drabach-mousquer.pdf>>.

Acesso em: 19 de ago. 2014.

LIBÂNEO, J.C. **Concepções e práticas de organização e gestão da escola:** considerações introdutórias para um exame crítico da discussão atual no Brasil. Revista Española de Educación Comparada, n. 13, Madrid, Espanha, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LÜCK, H. **Gestão Educacional:** uma questão paradigmática. 5º ed- Petrópolis, RJ: Vozes, 2006 - (série Caderno de Gestão; vol.1). Disponível em: <<http://progestaoead.files.wordpress.com/2009/09/a-evolucao-da-gestao-educacional-h-luck.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOTTA-ROTH, D; HENDGES, G. H. **Produção Textual na Universidade.** São Paulo: Parábola, 2010.

OLIVEIRA, J. F.; MORAES, K. N.; DOURADO, L. F. **Gestão escolar democrática:** definições, princípios, mecanismos de sua implementação. 2010. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2007.

VASCONCELLOS, C.S. **Planejamento:** Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo: Liberta, 1995.

APÊNDICES

Apêndice A – Carta de apresentação



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/ UFSM CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL

CARTA DE APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão Educacional da UAB/ UFSM vem apresentar a acadêmica Lisane Schafer Segatto à Direção desta Instituição de Ensino. A referida acadêmica está na fase de elaboração da monografia intitulada **Participação da família na escola como fator de fortalecimento institucional e promoção da cidadania – um estudo de caso.**

O objetivo da inserção da acadêmica na Instituição, diz respeito à coleta de informações de sua pesquisa de conclusão de Curso, cujo objetivo é realizar levantamento, através de questionário, com questões previamente elaboradas, acerca da participação das famílias nas ações previstas no PPP, junto aos membros da direção e conselhos. Ressaltamos que a oportunidade concedida pela Instituição, constituir-se-á em relevantes momentos para a construção do estudo, que resultará na ampliação dos conhecimentos teóricos relacionados com as temáticas pesquisadas.

Agradecemos sua colaboração.

Sobradinho, setembro de 2014.

Prof. Dr. Hugo Antônio Fontana
Orientador

Apêndice B – Termo de consentimento e livre esclarecimento



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/ UFSM CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: Participação da família na escola como fator de fortalecimento institucional e promoção da cidadania – um estudo de caso.

Pesquisadora responsável: Lisane Schafer Segatto

Orientador: Prof. Dr. Hugo Antônio Fontana

Instituição: UAB/ UFSM.

Telefone para contato: (51) 85668264

Prezado(a) Colaborador(a):

Você está sendo convidado(a) para responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. A pesquisadora deverá responder todas as suas dúvidas antes de você se decidir a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Objetivo do estudo: Este estudo tem como objetivo geral saber se as famílias de uma escola da rede pública estadual do município de Sobradinho, no período de 2013 a 2014, participaram efetivamente das ações previstas no PPP da instituição, visando o fortalecimento institucional e promoção da cidadania.

Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas no preenchimento deste questionário, respondendo às perguntas formuladas.

Benefícios: Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você.

Riscos: O preenchimento deste questionário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você.

Sigilo: As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____
_____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Sobradinho, 22 de agosto de 2014.

Lisane Schafer Segatto
Autora da pesquisa

Apêndice C – Termo de Confidencialidade

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título da monografia: Participação da família na escola como fator de fortalecimento institucional e promoção da cidadania – um estudo de caso

Pesquisador responsável: Lisane Schafer Segatto

Instituição/Departamento: Escola Estadual XXXXXXX

Telefone para contato: (51) 85668264

A pesquisadora do presente projeto se compromete a preservar a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados através de um questionário realizado na Escola Estadual _____. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente trabalho. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas sob a responsabilidade da Professora Pesquisadora Lisane Schafer Segatto. Após este período, os dados serão destruídos.

Sobradinho, 22 de agosto de 2014.

Lisane Schafer Segatto

Apêndice D – Questionário de Pesquisa



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Questionário de Pesquisa

PARA OS GESTORES:

- 1) Nome
- 2) Formação
- 3) Há quanto tempo o senhor é gestor desta escola?
- 4) De que forma foi conduzido a este cargo (eleição ou indicação)?
- 5) Ao assumir, quais eram seus principais objetivos?
- 6) Quais são os maiores desafios e/ou dificuldades enfrentadas no cargo?
- 7) Como foi elaborado o Projeto Político Pedagógico da escola? Quem participou da elaboração?
- 8) Como está organizado o trabalho do gestor na escola?
- 9) Como é o envolvimento e conexão com os pais e com comunidade escolar na escola? Os pais participam efetivamente das ações previstas no PPP?
- 10) Como o senhor define e/ou avalia o papel do Conselho/CPM/Grêmio Estudantil na instituição?

PARA OS INTEGRANTES DO CONSELHO ESCOLAR (CE), CÍRCULO DE PAIS E MESTRES (CPM) E GRÊMIO ESTUDANTIL (GE)

- 1) Nome
- 2) Cargo no CE/CPM/GE
- 3) Há quanto tempo possui envolvimento com a escola?
- 4) O senhor(a) conhece as atribuições do CE/CPM/GE?
- 5) De que forma passou a integrar este CE/CPM/GE (eleição ou indicação)?

- 6) O que levou-o/a participar do CE/CPM/GE?
- 7) O CE/CPM/GE participa das decisões da instituição?
- 8) O CE/CPM/GE tem conhecimento do Projeto Político Pedagógico da escola?
- 9) Como o senhor(a) participa das ações da escola?
- 10) Como o senhor (a) gostaria de participar das ações da escola?
- 11) Como o senhor(a) avalia a participação dos demais pais/alunos nas ações previstas no PPP da escola?
- 12) O CE/CPM/GE realiza uma análise crítica da gestão escolar?